



Porque você é o centro

Sinal de alerta no Centro Paula Souza!!

**De 20 a 22 de agosto
tem eleições
complementares
para Diretor de Base
do Sinteps**

Página 7

**Terceirização,
uma ferida aberta
no Centro**

Páginas 10 e 11

**Volta da inflação corrói
"reajuste" presente
na Carreira.
Reivindicação de 65%
para todos continua
na ordem do dia**

Páginas 8 e 12



Tucanos preparam nova investida contra o vínculo com a Unesp

Pauta da reunião do Conselho Deliberativo marcada para 7 de agosto prevê mudanças no Regimento da instituição.

Desvívulo pode ser uma delas.

Intenção é isolar as ETE's e FATEC's e facilitar a privatização.

Nesta edição, conheça a história do vínculo e veja porquê o governo tenta acabar com ele há 11 anos. A reação firme dos trabalhadores e estudantes do Centro, como na vitoriosa greve de 2000, tem sido um freio nas intenções tucanas.

Páginas 2 a 6



ENTREVISTA

"Vínculo pode redesenhar o ensino público a partir de um conceito global de formação integrada e crítica", defende docente da Unesp. Na *página 6*, confira entrevista com Emanuel Rocha Woiski, diretor da Adunesp



Ocupação estudantil no prédio do Ceeteps, durante a greve de 2000: vitória contra a tentativa de desvívulo

Defesa do ensino técnico e tecnológico

Tucanos preparam nova investida contra o vínculo do Centro à Unesp

Intenção é isolar as ETE's e FATEC's e facilitar a privatização. Reunião do Conselho Deliberativo de 7 de agosto traz na pauta mudanças no Regimento do Centro e dispara sinal de alerta na comunidade

Os primeiros dias de José Serra à frente do Palácio dos Bandeirantes, em janeiro de 2007, já deixaram claras as intenções do novo governo tucano. Na seqüência de várias tentativas desde o governo Covas, vêm por aí novas investidas contra o vínculo do Centro Paula Souza à Unesp.

A fragmentação da educação pública paulista em três secretarias diferentes, isolando o Ceeteps na Secretaria do Desenvolvimento, foi o primeiro passo para isso. O próximo pode ser extirpar do Regimento do Centro a vinculação à Unesp.

Em sua reunião marcada para 7 de agosto, o Conselho Deliberativo (CD) do Centro, aquele órgão composto por seis iluminados

indicados pelo governo, pretende iniciar a discussão de um novo Regimento para o Ceeteps e, ao que tudo indica, aproveitar a oportunidade para sumir com o vínculo.

A vinculação à Unesp, como mostram matérias a seguir, existe desde a criação da Universidade, em 1976, e tem trazido grandes benefícios ao Centro. A pretensão do governo, como já ficou claro através de documentos, é vincular o Ceeteps à Secretaria de Desenvolvimento. Ao mesmo tempo, o Centro deixaria de ser autarquia de regime especial e passaria para um regime jurídico (por exemplo, fundação) que permita abrir as ETE's e FATEC's ao controle privado.

Se o Conselho Deliberativo do Centro conseguir aprovar o fim do vínculo, a próxima etapa será encaminhar a decisão ao Conselho Universitário (CO) da Unesp e pedir que a ratifique.

Assim como a comunidade acadêmica fez em momentos anteriores, como em 1998 e em 2000, quando protagonizou uma grande greve, é hora de funcionários, docentes e estudantes tomarem a frente na defesa do vínculo. A luta contra o desvínculo é a luta pela manutenção do sistema público paulista de educação.

Expediente

Órgão Informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Ceeteps, do Ensino Público Estadual Técnico, Tecnológico e Profissional do Estado de São Paulo.

Praça Coronel Fernando Prestes, 74 - Bom Retiro.

Cep 01124-060 - São Paulo - SP. Fones: (11) 3313-1528 e (11) 3313-5385.

E-mail: sinteps@uol.com.br - Site: <http://www.sinteps.org.br>

Jornalista Resp.: Bahiji Haje (MTb 19.458 - bah0609@bol.com.br)

Tiragem: 2.500 exemplares

Defesa do ensino técnico e tecnológico

Categoria tem proposta de Regimento aprovada em Congresso

No III Congresso dos Trabalhadores do Ceeteps, realizado em 2001, a categoria discutiu e elaborou uma proposta de Regimento para o Centro, pautada pela democracia e participação da comunidade em suas instâncias de decisão.

Além de manter o vínculo com a Unesp e apontar no sentido de seu aprofundamento, a proposta da categoria aponta as instâncias de discussão e poder na Administração Superior do Ceeteps, todas elas com representação paritária (igual peso) dos três segmentos (funcionários, docentes e estudantes). São elas:

- O Congresso Bienal
- O Conselho Deliberativo

- Os Conselhos Centrais
 - a) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)
 - b) Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE)
- A Diretoria

A íntegra da proposta aprovada no III Congresso dos Trabalhadores do Centro pode ser conferida no site no Sinteps (www.sinteps.org.br), no tópico "Congressos".

O Sinteps enviou ofício à presidente do Conselho Deliberativo do Ceeteps, Yolanda Silvestre, solicitando que a proposta também seja discutida pelo CD a partir de sua reunião de 7 de agosto (*confira abaixo*).

Ofício 028/08 – SINTEPS São Paulo, 22 de junho de 2008.

Senhora Presidente,

A Diretoria Executiva do Sinteps, tendo em vista o deliberado na reunião ordinária do Conselho Deliberativo, realizada em 05 de junho de 2008, sobre o início da discussão de novo Regimento para a instituição a partir de 07 de agosto próximo, encaminha a V. S^a. cópia da proposta de Regimento do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" – Ceeteps, DISCUTIDA E APROVADA no III Congresso Ordinário da categoria representada pelo SINTEPS, como contribuição para a elaboração da proposta a ser apresentada pela Dra. Sandra na referida data.

Tendo em vista que, na mesma reunião, foi deliberado aprovar a ampliação do Conselho Deliberativo do Ceeteps, também encaminhamos cópia da Resolução Unesp 63/95, que trata da ampliação do CD nos termos da legislação vigente, resolução esta aprovada pelo CD do Ceeteps; aprovada pelo Conselho Pleno do Conselho Estadual de Educação, através do parecer 93/96, e homologada pela Secretaria de Educação através da Resolução SE de 25/03/96. Esclarecemos que, tendo cumprido todo o trâmite necessário, a Resolução Unesp 63/95 ainda não está em vigor apenas por falta de decreto do governador regulamentando-a, de forma que basta que tal decreto seja editado para que o Conselho Deliberativo do Ceeteps seja ampliado.

Esperando estar contribuindo nestas discussões tão importantes para a comunidade do Ceeteps, resgatando parte da nossa história, o Sinteps reivindica desse Conselho Deliberativo a ampla e efetiva discussão das matérias – O Regimento do Ceeteps e a Ampliação do Conselho Deliberativo do Ceeteps com os professores, funcionários e alunos das Escolas Técnicas e Faculdades de Tecnologia, resgatando a democracia na instituição.

Atenciosamente.

Ilma. Sra.
Yolanda Silvestre
DD. Presidente do Conselho Deliberativo do Ceeteps
c/c aos demais integrantes do CD do Ceeteps



Greve em 2000, contra a tentativa de desvínculo

Vínculo teve início em 1976

Criado em 6 de outubro de 1969, o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps) foi transformado em autarquia de regime especial associada e vinculada à Unesp em 1976. Isso se deu através da Lei 952, de 31/1/76, justamente a lei que criou aquela Universidade. Deste período até meados de 1987, o Centro sempre esteve escudado nos estatutos e regimentos da Unesp e foi por tais instrumentos que foram norteados os seus princípios administrativos e políticos.

Em 1989, com a aprovação do novo Estatuto da Unesp (Resolução Unesp de 21/2/89 e Decreto nº 29.720, de 3/3/89), ficaram suprimidos os artigos que contemplavam o Ceeteps, mas o vínculo ficou mantido através do artigo 60.

No início da década de 90, por ocasião da discussão do Regimento Geral da Unesp, foram propostas alterações no capítulo destinado a regulamentar as vinculações de outras autarquias com a Universidade e, de maneira especial, a do Ceeteps. Neste período, a discussão foi no sentido de estreitar e definir a associação e as condições da vinculação.

A Resolução 63/95

Após longo estudo de uma comissão composta por conselheiros do CO da Unesp, foi aprovada a Resolução Unesp 63/95, que define, em resumo: "A Unesp exercerá sobre as autarquias vinculadas um sistema de controle didático-científico, administrativo, patrimonial e de resultados". A

Resolução deveria ser exercida pela Reitoria e pelos órgãos colegiados centrais da Unesp: Conselho Universitário (CO), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE).

A Resolução 63/95 define, também, a organização do Ceeteps e a estrutura de seus órgãos administrativos, ampliando a composição do Conselho Deliberativo (CD) da autarquia, incluindo nele a participação de representantes da comunidade, eleitos por seus pares.

A Resolução Unesp 63/95 nunca chegou a ser implantada, visto que o governador Mário Covas não editou o decreto autorizando-a, medida que, segundo entendimento vigente à época, não era necessária. "A Resolução 63/95, que vem sendo ilegalmente barrada pelos governos, significaria a oportunidade de construção de uma gestão democrática do Centro, há muitos anos sob interventores diretamente aos interesses políticos dos governos tucanos", opina o professor Emanuel Rocha Woiski, diretor da Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp). Para ele, "já está sobejamente demonstrado que a Resolução é auto-aplicável, devido à autonomia da Unesp e à força da lei que criou o vínculo, e independe de qualquer deliberação da Assembléia Legislativa ou do governador". Na página 6, Woiski fala mais sobre o vínculo e a sua importância para o Centro e o conjunto da educação pública paulista.



Defesa do ensino técnico e tecnológico

Governo tucano tenta acabar com vínculo há 11 anos

Greve forte em 2000 breou projeto na Alesp

Em abril de 1997, consoante com o pensamento do governador, da Superintendência do Ceeteps e da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico – SCTDE, a Reitoria da Unesp, ao invés de apresentar a Resolução Unesp 63/95 para reexame do Conselho Universitário da Unesp, conforme sugerido pela assessoria jurídica da Universidade, propôs a criação de uma Comissão Tripartite para rediscutir o vínculo. Ao final dos estudos, a Comissão entendeu que o Ceeteps deveria ser desvinculado da Unesp e, para efetivar sua decisão, propôs a edição de um projeto de lei, o PL 96/98.

O PL dispunha de três artigos: “Desvincula-se o Ceeteps da Unesp; vincula-se o Ceeteps à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e revogam-se as

disposições em contrário”.

Ao conhecer seu teor, a comunidade do Ceeteps, que sabia da importância do vínculo e associação na caracterização da instituição como centro de excelência na educação tecnológica, sofrera a intervenção do governo através da imposição de um superintendente ligado ao PSDB e já começara a sofrer os

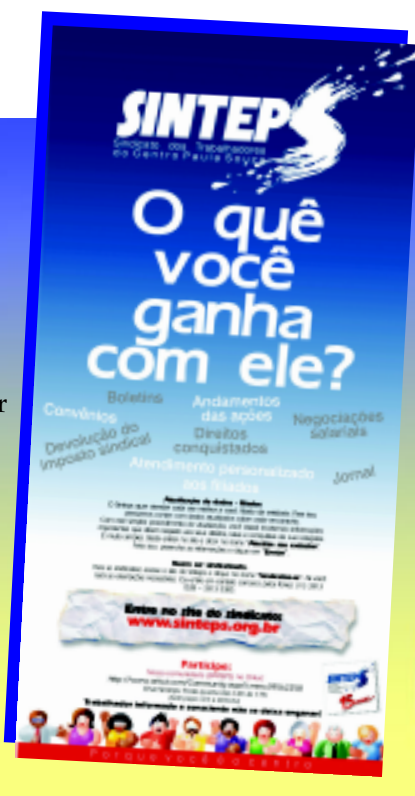
Atualize seus dados!

O Sinteps quer atender cada vez melhor a você, filiado da entidade. Para isso, precisa contar com dados atualizados sobre onde encontrá-lo.

Atualize seu cadastro. Com esta simples iniciativa, você passará a receber informações importantes, que dizem respeito aos seus direitos, lutas e conquistas da sua categoria. O procedimento é simples. Basta entrar no site, clicar no ícone “Atualize seu cadastro”, preencher as informações e enviar.

Lembre-se: Trabalhador informado não se deixa enganar!

O cartaz da campanha



A greve de 2000 foi fortalecida pela atuação valorosa dos estudantes. Na foto acima, ocupação do prédio do Centro, em SP. À esquerda, manifestação em frente à antiga Secretaria de Ciência e Tecnologia, atual Secretaria de Desenvolvimento

efeitos da interferência abusiva da Secretaria de Ciência e Tecnologia nos destinos da educação tecnológica, reagiu contra o projeto e, numa manobra regimental, conseguiu retirá-lo da pauta de votação da Assembléia Legislativa de São Paulo (Alesp).

Em 2000, em meio à greve dos trabalhadores do Ceeteps, o Secretário da Ciência e Tecnologia, José Aníbal, voltou à carga e colocou o PL 96/98 novamente em tramitação na Alesp. Com isso, a greve ganhou a adesão dos estudantes e, mesmo sob forte repressão policial, durou 48 dias e conseguiu barrar a investida tucana. Naquele mesmo ano, a comunidade da Unesp, reunida em Assembléia Universitária, em Bauru, havia aprovado a continuidade do vínculo e associação do Ceeteps à Unesp, nos termos da Resolução Unesp 63/95.

Chamado novamente a se manifestar sobre a situação do vínculo, o CO da Unesp aprovou a revisão do seu posicionamento anterior (proposto pela Comissão Tripartite) e deliberou pela continuidade do vínculo e associação do Ceeteps à Unesp, bem como pela suspensão da tramitação do PL 96/98 na Alesp.

Diante deste posicionamento do CO da Unesp, a Reitoria encaminhou ofício ao presidente da Alesp pedindo a suspensão do PL 96/98, o que foi acatado de imediato.

No governo Serra

Em 2005, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico publicou o

documento “Elementos para o Planejamento Estratégico do Ensino Público Técnico e Tecnológico do Estado de SP”. O documento afirma que a fragilidade da “marca Centro Paula Souza advém do seu vínculo com a Unesp”. Diz ainda que o Ceeteps deve “estudar a mudança de seu regime jurídico”, após se desvincular da Unesp e vincular-se a SCTDE.

O documento trouxe muita preocupação à comunidade das ETE’s e FATEC’s, face às definições acerca do financiamento proposto ao Centro, de pautar-se por recursos públicos, recursos privados e ações de extensão prioritariamente através de parcerias público-privadas (PPP’s) e pela recomendação expressa de “desvinculação da Unesp e de analisar o melhor regime jurídico para a administração do Centro Paula Souza e atuar para a sua implantação”.

A reorganização do estado proposta pelo governo Serra logo após sua posse, no início de 2007, trouxe à tona novamente a questão do vínculo. Uma das medidas implantadas foi o fracionamento da educação pública paulista: enquanto Unesp, USP e Unicamp foram alocadas na recém-criada Secretaria de Ensino Superior e a educação básica e média permaneceu na Secretaria de Educação, o Ceeteps foi isolado na Secretaria de Desenvolvimento (ex-Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento).



Defesa do ensino técnico e tecnológico



GOVERNO DO PSDB AFIRMA:
 "NAQUELO ASSUNTIVO, A EDUCAÇÃO ESTAVA À BEIRA DE
 UM ABISMO, DEMOS UM PASSO À FRENTE"

Na greve de 2000, que barrou a tentativa de desvinculo, a categoria colocou em xeque a política tucana para a educação pública paulista

Vinculação preservou autonomia das duas instituições

O Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" (Ceeteps) foi criado em 06/10/1969 e transformado em autarquia de regime especial associada e vinculada à Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), por ocasião da criação da universidade, em janeiro de 1976. É uma instituição pública responsável pela oferta de ensino profissional através das Escolas Técnicas Estaduais - ETE's e das Faculdades de Tecnologia - FATEC's.

Na lei de criação da Unesp (952/76), cuidou-se de vincular e associar o Ceeteps ao modelo universitário que nascia, para que se beneficiasse da aproximação com a universidade e, conseqüentemente, da pesquisa pura e aplicada.

Esta soma, contudo, não se fez da mesma forma e sob o mesmo fundamento que matizaram a integração dos treze institutos isolados de ensino superior que compuseram a Unesp. O Ceeteps não foi integrado à Unesp, mas a esta vinculado e associado, mantendo, assim, não somente sua personalidade jurídica, como também seu patrimônio. Os 13 institutos isolados incorporados, ao contrário, perderam sua personalidade jurídica de autarquia de regime especial que lhes fora conferida em 1970, passando seu patrimônio, seus bens, seus direitos e outros valores a integrar a nova universidade.

E de outra forma não poderia ser, dadas as características específicas do Ceeteps, finalidades e natureza determinadas. Sua finalidade específica, como bem esclarece a própria exposição de motivos do decreto-lei criador, é proporcionar aos trabalhadores, nos vários setores de atividades produtivas, a oportunidade de aperfeiçoamento profissional em nível condizente com as necessidades determinadas pelo estágio de desenvolvimento do estado de São Paulo e até do Brasil.

Apesar da modificação de alguns hábitos institucionais, a vinculação com a Unesp preservou as autonomias, como tem preservado até hoje.

A quem interessa o rompimento do vínculo do Ceeteps à Unesp?

De acordo com o histórico apresentado nas páginas anteriores, o rompimento do vínculo passou a interessar ao governo e à Superintendência do Ceeteps a partir da cassação do mandato do Diretor Superintendente escolhido pela comunidade para a ascensão ao cargo do interventor Marcos Antônio Monteiro (1995 a 2004), sucedido pela interventora Laura Laganá (2004 - 2008). Antes da intervenção, a discussão entre as autarquias era no sentido de estreitar e definir o vínculo, como prova a Resolução Unesp 63/95.

Nestes 11 anos de tentativas do governo em romper o vínculo, a Unesp, quando foi chamada a discutir em profundidade o assunto, sempre defendeu o Ceeteps de experiências governamentais.

O decreto do governador José Serra, em janeiro de 2007, transferindo o Ceeteps para a Secretaria de Desenvolvimento e passando as universidades estaduais para a Secretaria de Ensino Superior, demonstrou que o pensamento do atual governo é no sentido de rompimento do vínculo, mesmo sem o aval da Universidade, em mais uma afronta à autonomia universitária da Unesp.

Os benefícios do vínculo para o Ceeteps

O Ceeteps beneficiou-se da estrutura acadêmica e administrativa da Unesp:

- Organizando suas unidades com um quadro de pessoal especializado;
- Adotando a carreira da Unesp para o pessoal técnico e administrativo;
- Fomentando entre o corpo docente a busca por especialização em todos os níveis e incentivando a participação em simpósios, congressos, seminários e atividades culturais e científicas;
- Implementando atividades de pesquisa e extensão de serviços à comunidade, inclusive nas Escolas Técnicas;
- Recebendo inúmeros prêmios pela qualidade dos projetos apresentados pelos alunos em feiras, exposições e concursos;
- Mantendo normas e preceitos rígidos e, por muito tempo, os servidores docentes e não docentes beneficiaram-se até dos reajustes salariais do Cruesp, estendidos ao Ceeteps por Resolução da Unesp.

Mesmo sem este último benefício, desrespeitado pelo governo desde 1996, a comunidade continua defendendo que a aproximação do Ceeteps à Unesp foi fundamental para alicerçar a oferta de cursos técnicos e tecnológicos de qualidade.

É evidente que o vínculo e a associação trazem mais benefícios para o Centro do que para a Unesp, mas a Universidade pode, como já fez no passado, utilizar a estrutura de FATEC's e ETE's para o desenvolvimento de atividades de extensão de serviços à comunidade, implantando-os e supervisionando-os, bem como desenvolver ramos de pesquisa tecnológica que contribuam para o desenvolvimento do estado mais rico da federação.

A comunidade do Ceeteps quer o vínculo e associação à Unesp porque sabe da seriedade e da responsabilidade dessa Universidade nas discussões acerca dos destinos do sistema público de educação do nosso estado.

Defesa do ensino técnico e tecnológico

ENTREVISTA

“Vínculo pode redesenhar o ensino público a partir de um conceito global de formação integrada e crítica”, defende docente da Unesp

O professor **Emanuel Rocha Woiski**, diretor da Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp), não tem dúvidas sobre o papel e a importância do vínculo. Ele considera que o vínculo cria a possibilidade de redesenhar o ensino público a partir de um conceito global de formação integrada e crítica para a cidadania, extinguindo de vez a dicotomia histórica entre ensino propedêutico e profissional. “Especificamente, o vínculo tem representado o elo de sobrevivência do Ceeteps, que impediu até agora a sua destruição completa e transformação em organização 'social', com fortes interesses privados e vinculada ao mercado”, frisa.

A seguir, confira a entrevista concedida pelo docente ao **Sinteps Jornal**:



Sinteps Jornal - Por que o governo investe sistematicamente contra o vínculo?

Emanuel Rocha Woiski - A desvinculação é importante para os planos dos governos, pois a Unesp tem representado o último obstáculo para a redefinição completa do papel do Ceeteps, quer seja como reserva de estoque de ações eleitoreiras, com a criação quase diária de FATEC's, ou para a sua redefinição para uma entidade que atenda aos interesses imediatistas do mercado, ao mesmo tempo que represente uma válvula de escape através de um 'ensino' modular e aligeirado, satisfazendo, assim, de forma econômica e auto-financiada, uma enorme demanda da população.

SJ - Falta uma postura mais firme da Unesp na defesa do vínculo?

Woiski - Sim. Hoje, o vínculo com o Ceeteps tornou-se uma espécie de moeda de troca do governo com a Unesp, no que se refere aos recursos extra-orçamentários que a Universidade tanto necessita para suprir a expansão realizada. Por essa razão, o vínculo corre grande perigo.

SJ - Você acredita que o governo 'chantageie' a Reitoria da Unesp para não exercitar o vínculo em sua plenitude e, também, aprovar a sua revogação?

Woiski - Não apenas isso! Pense no que já vem acontecendo: A 'criação' das FATEC's deveria passar pelo crivo institucional e pedagógico do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), um dos órgãos colegiados da Unesp. Claramente a Reitoria está se fingindo de 'morta' e deixando passar tudo de forma acrítica. Ou seja, na prática, a Reitoria está colocando pás de cal sucessivas no vínculo.

SJ - Por que a Resolução 63/95, aprovada pela Unesp para especificar o funcionamento do vínculo e democratizar o Centro, nunca foi posta em prática?

Woiski - Do ponto de vista do Ceeteps, a instauração da Resolução 63/95, pelo CO da Unesp, que vem sendo ilegalmente barrada pelos governos, significaria a oportunidade de construção de uma gestão democrática do próprio Centro, há muitos anos sob 'interventores' vinculados diretamente aos interesses políticos dos governos tucanos. Já está sobejamente demonstrado que aquela Resolução é auto-aplicável, ou seja, devido à autonomia da Unesp e a força da lei que criou o vínculo, independe de qualquer deliberação da Assembleia Legislativa ou do governador.

SJ - Por que a Reitoria permite que a Resolução seja burlada?

Woiski - Pense na retaliação ao alcance do governo se o CO exigir a aplicação da Resolução. Por outro lado, como a maior parte dos docentes da Unesp e dos membros do próprio Ceeteps nem conhecem a amplitude e as possibilidades do vínculo, a Reitoria e os governos têm podido agir como se o vínculo não existisse.

De fato, as interventorias têm criado um ambiente no Ceeteps de forma a levar os seus membros a concluírem que o vínculo pertence ao terreno das mitologias. Toda a simbologia e os elementos de discurso que representam o vínculo foram expurgados pelos interventores, de cartazes, folhetos, quadros, tudo enfim.

SJ - Como reverter esse quadro?

Woiski - Acho que a discussão sobre o vínculo encetada pelo Fórum das Seis tem sido extremamente importante, porque recoloca a discussão de um projeto de ensino no âmbito da universidade pública. Por outro lado, coloca diretamente a questão do Ceeteps na pauta geral permanente de reivindicação das entidades. Também acho absolutamente estratégica a existência de um representante do Sinteps no CO da Unesp, pois não passarão mais com tanta facilidade as coisas que antes eram deliberadas, digamos, 'ad-referendum', sem que o CO se desse plena conta das implicações. Outra frente de luta é com relação aos membros do CO e do CEPE, que deveriam ser 'inundados' de informação a respeito do vínculo, da Resolução 63/95 e de discussões sobre as potencialidades que o vínculo pode trazer à própria Unesp e ao Ceeteps.

"As interventorias têm criado um ambiente no Ceeteps de forma a levar seus membros a concluírem que o vínculo pertence ao terreno das mitologias."

Fórum promoveu debates na Unesp



O Fórum das Seis, que engloba os sindicatos de docentes e servidores das universidades estaduais e o Sinteps, elaborou um jornal especial e promoveu uma série de debates nas unidades da Unesp. O tema foi o vínculo do Centro à Unesp. Antes dos eventos, as companheiras Silvia Elena de Lima e Denise Rykala, da diretoria do Sinteps e responsáveis pela organização da atividade, visitaram as ETE's e FATEC's da região, convidando funcionários, professores e alunos a comparecerem. Além das representantes do Sinteps, participaram membros do Fórum das Seis, da Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp) e Sindicato dos Trabalhadores da Unesp (Sintunesp).

Chat do Sinteps

Toda quarta-feira, das 16 às 17 horas, a diretoria do Sinteps está online para responder às suas dúvidas sobre direitos, ações jurídicas, carreira etc. Para participar, entre no site (www.sinteps.org.br) e clique no ícone "Chat"



Movimento

De 20 a 22 de agosto tem eleições complementares para o CDB

Diretor de Base é figura chave na organização da categoria

O Conselho de Diretores de Base (CDB), uma das instâncias de direção e organização do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza, o nosso Sinteps, terá eleições no período de 20 a 22 de agosto. Conforme prevê o seu estatuto, a entidade realiza o processo eleitoral a cada seis meses para completar o quadro nas unidades em que ainda há vagas. O mandato termina no final de 2009.

O CDB atua em conjunto com a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal. Tendo em vista a vasta distribuição geográfica do Centro, o Diretor de Base tem uma função muito importante na organização da categoria: repassar informações, preparar assembleias e reuniões, conversar com os colegas... enfim, trabalhar pela organização e mobilização da unidade, sempre tendo em vista os interesses da categoria.

Mensalmente, os Diretores de Base participam de uma reunião em São Paulo, na sede do Sinteps, que delibera propostas para serem postas em prática pela Diretoria Colegiada.

Como fruto das lutas da categoria, os companheiros eleitos têm resguardados todos os seus direitos, como é o caso do efetivo exercício nos dias de reunião. Além disso, todas as despesas de locomoção e transporte são pagas pela entidade.

O número de Diretores de Base é proporcional ao total de filiados da unidade. No quadro ao lado, confira se há vagas abertas na sua unidade.

O que é preciso para se candidatar

Para ser candidato, o filiado tem que contar, na



data do registro da candidatura, no mínimo com três meses de filiação ao Sindicato, ter contrato por prazo indeterminado ou ter sido contratado mediante aprovação em concurso público. É preciso estar em dia com as mensalidades sindicais. O Diretor de Base é eleito pelos filiados da sua unidade.

Os interessados em se candidatar podem encontrar a ficha de inscrição no *site* da entidade (www.sinteps.org.br). Após preenchida, ela deve ser remetida à sede do Sindicato por fax até o dia 12 de agosto.

O calendário

Divulgação das eleições
19/6 a 1º de agosto

Inscrições
1º a 12 de agosto

Deferimento das inscrições
13/8

Recursos
14/8

Homologação das inscrições
15/8

Campanha
16 a 18/8

Eleições
20 a 22/8

Divulgação dos resultados
28/8

Recursos
29/8

Homologação dos resultados
3/9

Posse dos eleitos

17/9 (Reunião Ordinária do CDB)

As unidades que devem realizar as eleições

Unidade	Cidade	Nº de diretores por direito	Nº de diretores eleitos	Diretores empossados em:	Nº de diretores faltantes	Realizar eleição para:
01 - ADM	São Paulo	08	2	Set/06	06	2 Titulares / 4 Suplentes
02- F SP	São Paulo	08	3	Set/06 e Mar/07	05	1 Titulares / 4 Suplentes
03- F SO	Sorocaba	02	-	-	02	1 Titular / 1 Suplente
04- F AM	Americana	02	-	-	02	1 Titular / 1 Suplente
05- F BS	Santos	02	-	-	02	1 Titular / 1 Suplente
06- E AM	Americana	02	-	-	02	1 Titular / 1 Suplente
07- E CAP	Campinas	04	1	Set/06	03	1 Titular / 2 Suplentes
08- E VAV	Jundiaí	04	-	-	04	2 Titulares / 2 Suplentes
10- E LG	S. B. Campo	08	2	Mar/07 e Mar/08	06	1 Titulares / 4 Suplentes
11- E JS	S. Caetano	06	4	Set/06 e Set/97	02	2 Suplentes
13- E GV	São Paulo	08	4	Set/06	04	2 Suplentes
14- E JM	S. André	06	1	Set/06	05	2 Titulares / 3 Suplentes
15- E PV	M. Cruzes	06	2	Set/06 e Mar/08	04	1 Titulares / 3 Suplentes
16- E FP	Sorocaba	06	-	-	06	3 Titulares / 3 Suplentes
17- E RFS	Sorocaba	06	1	Mar/07	05	2 Titulares / 3 Suplentes
18- E SP	São Paulo	02	-	-	02	1 Titular / 1 Suplente
20- F JAU	Jaú	02	1	Set/06	01	1 Suplente
21- F OUR	Ourinhos	02	-	-	02	1 Titular / 1 Suplente
23- E AE	São Paulo	02	-	-	02	1 Titular / 1 Suplente
24- E PAF	Araras	02	-	-	02	1 Titular / 1 Suplente
26- E ABS	Guaratinguetá	02	-	-	02	1 Titular / 1 Suplente
29- E PAOF	Araraquara	02	1	Mar/07	01	1 Suplente
32- E AET	P. Prudente	02	-	-	02	1 Titular / 1 Suplente
34- E AG	São Paulo	02	-	-	02	1 Titular / 1 Suplente
35- E AF	Santos	04	-	-	04	2 Titular / 2 Suplente
40- E CRJ	Barra Bonita	02	-	-	02	1 Titular / Suplente
41- E BG	São Paulo	02	-	-	02	1 Titular / 1 Suplente
42- E BS	Jundiaí	02	1	Set/06	01	1 Suplente
43- E BQ	Campinas	04	2	Set/06	02	2 Suplentes
45- ECC	São Paulo	02	-	-	02	1 Titular / 1 Suplente
46- E CCJr	Franca	02	-	-	02	1 Titular / 1 Suplente
47- E CMS	Pinhal	02	1	Mar/07	01	1 Suplente
52- E CB	Dracena	02	-	-	02	1 Titular / 1 Suplente
56- E FFC	Piracicaba	02	-	-	02	1 Titular / 1 Suplente
57- E PFS	São Simão	02	-	-	02	1 Titular / Suplente
58- E DFF	Rancharia	02	-	-	02	1 Titular / Suplente
60- E FG	Mococa	02	-	-	02	1 Titular / 1 Suplente
64- E HAS	São Paulo	02	1	Mar/07	01	1 Suplente
65- E IS	Ilha Solteira	02	-	-	02	1 Titular / Suplente
66- E JFS	Ourinhos	02	-	-	02	1 Titular / 1 Suplente
70- E JFA	Jaú	02	-	-	02	1 Titular / 1 Suplente
72- E PJE	Cerq. César	02	-	-	02	1 Titular / 1 Suplente
73- E JLV	Jales	02	-	-	02	1 Titular / 1 Suplente
74- E JMS	R. Preto	04	1	Mar/07	03	1 Titular / 2 Suplentes
76- E JRM	São Paulo	02	-	-	02	1 Titular / 1 Suplente
77- E JSC	Cruzeiro	02	-	-	02	1 Titular / 1 Suplente
78- E JC	Franca	02	1	Set/06	01	1 Suplente
80- E LCC	Quatá	02	-	-	02	1 Titular / 1 Suplente
81- E LPB	C. Mota	02	-	-	02	1 Titular / 1 Suplente
82- E MA	Caçapava	02	-	-	02	1 Titular / 1 Suplente
85- E MLK	São Paulo	02	-	-	02	1 Titular / 1 Suplente
88- E MA	Garça	02	-	-	02	1 Titular / 1 Suplente
89- E ENM	Iguape	02	-	-	02	1 Titular / 1 Suplente
93- E POC	Garça	02	-	-	02	1 Titular / 1 Suplente
96- E PFA	M. Mirim	02	-	-	02	1 Titular / 1 Suplente
98- E PGN	S.J. Rio Preto	02	1	Set/07	01	1 Suplente
100- E RPS	Itatiba	02	-	-	02	1 Titular / 1 Suplente
111-CT ZL	São Paulo	02	-	-	02	1 Titular / 1 Suplente
115- E H	Hortolândia	02	1	Set/07	01	1 Suplente
120-F Mococa	Mococa	02	-	-	02	1 Titular / Suplente
122- E ER	Santos	02	-	-	02	1 Titular / Suplente

Data-base 2008

Sem garantia do efetivo exercício, CDB indicou a não reposição dos dias parados

Na tentativa de pressionar a categoria e evitar futuras greves, o governo e a Superintendência do Centro Paula Souza decidiram endurecer nas negociações dos dias parados. Por meio de ofício, a Superintendente do Ceeteps, professora Laura Laganá, negou-se a conceder o efetivo exercício para os servidores e docentes que paralisaram as atividades durante a greve lançada em 29 de fevereiro.

Partindo do pressuposto de que a greve é um direito legítimo dos



trabalhadores, inclusive dos servidores públicos, previsto na Constituição Federal, o que se espera dos

“patrões” é que não punam quem a faz. Mas não é o que entende a Superintendência do Ceeteps, ávida por mostrar serviço ao Palácio dos Bandeirantes.

Como a reposição não garantirá o efetivo exercício dos dias parados, que serão considerados como faltas injustificadas, o Sindicato orientou os professores e servidores que saíram em greve, na luta por seus direitos, a não reporem as aulas. Esta foi a decisão do Conselho de Diretores de Base (CDB), reunido em 20 de maio. Como o prejuízo financeiro (desconto nos

salários) já se concretizou, o servidor e o professor não têm mais nada a perder. Se ninguém fizer a reposição, no entanto, o Centro será obrigado a negociar o efetivo exercício, pois precisa que o calendário de 200 dias letivos seja cumprido.

NADA impede que a negociação do efetivo exercício dos dias parados se dê retroativamente, como ocorreu na greve de 2004. Governo e Superintendência sabem bem disso, mas procuram usar o fato para intimidar os trabalhadores.

O Sinteps reivindica da Superintendência que respeite os trabalhadores do Centro e negocie seriamente o assunto.

Volta da inflação corrói “reajuste” presente na Carreira. Reivindicação de 65% para todos continua na ordem do dia

A pesar da aprovação do PLC 10/2008 na Assembléia Legislativa, tratando das carreiras do pessoal do Ceeteps, a situação da categoria continua ruim. As razões que levaram à greve neste ano permanecem na ordem do dia, como é o caso do arrocho nos salários. A reivindicação de 65% para todos é um dos pontos centrais da nossa campanha salarial neste ano. As correções presentes no projeto de Plano de Carreira do governo, diferenciadas por segmento, não atendem às reivindicações históricas da categoria, como jornada, progressão horizontal e vertical, definição dos perfis ocupacionais etc. Por outro lado, temos a preocupante volta da inflação (de janeiro a maio deste ano, o acumulado já bate em 2,88%, como mostra matéria na página 12).

Apesar de haver sido apresentada pelo governo e Superintendência

como a solução dos problemas de salários dos profissionais do Ceeteps, a Carreira não repõe sequer as perdas de todos os trabalhadores, além de confundir o conceito de carreira com reajuste salarial. Reajuste salarial é uma coisa (refere-se às perdas sofridas pelo

não repasse da inflação e TODOS a sentem da mesma maneira, sem divisão por segmento) e carreira é outra (diz respeito à valorização do profissional de acordo com o tempo de casa e a evolução de sua qualificação).

O Sinteps solicitou à Secretaria de Desenvolvimento a realização de uma reunião para discutir as reivindicações da categoria e, também, a concessão do efetivo exercício dos dias parados na greve, mas não houve retorno até o momento.

2,88%
É a inflação acumulada de janeiro a maio de 2008, como mostra matéria na página 12.

R\$ 35,99

Este é o "reajuste" obtido por um funcionário que está no Centro há 28 anos, pai de três filhos, como mostram os holerites abaixo.

DESCR. DE SERVIÇOS	QUANT.	VALOR	DATA	VALOR
001.001 SALARIO BASE	N	VALOR	04/2008	304,40
001.700 ADICIONAL DE FUNCAO ADM.	N	VALOR	04/2008	225,25
004.709 DATAE TECN. ADMINIST.	N	VALOR	04/2008	90,00
004.711 GRATIFICACAO SERAL ADMINISTRATIVA	N	VALOR	04/2008	90,00
009.201 ADICIONAL TEMPO DE SERVICO	N	3,00 QUIND	04/2008	75,44
017.700 SALARIO FAMILIA AUTARQUICO	N	2,00 DEPTE	04/2008	0,88
070.008 IANSPRE	N	2,00 PERC.	04/2008	14,98
070.058 CONTRIB. PREVID. 11%- L.C. 1012/2007	N	VALOR	04/2008	82,29
077.702 VALE TRANSPORTE - CEETEPS	N	23,00 COTAS	04/2008	13,43
097.129 SINTEPS - SIND. TRAB. CEETEPS	N	VALOR	04/2008	6,29
097.132 ASSOC. DOC. FAC. TEC. CEETEPS- ADFATEC	N	VALOR	04/2008	2,52
097.185 BANCO NOSSA CAIXA S/A	N	VALOR	04/2008	194,21
TOTAL				749,97

Antes da Carreira

DESCR. DE SERVIÇOS	QUANT.	VALOR	DATA	VALOR
001.001 SALARIO BASE	N	VALOR	05/2008	315,76
001.700 ADICIONAL TEMPO DE SERVICO	N	3,00 QUIND	05/2008	88,45
070.058 CONTRIB. PREVID. 11%- L.C. 1012/2007	N	2,00 PERC.	05/2008	102,51
077.702 VALE TRANSPORTE - CEETEPS	N	23,00 COTAS	05/2008	15,71
097.129 SINTEPS - SIND. TRAB. CEETEPS	N	VALOR	05/2008	86,45
097.132 ASSOC. DOC. FAC. TEC. CEETEPS- ADFATEC	N	VALOR	05/2008	10,07
097.185 BANCO NOSSA CAIXA S/A	N	VALOR	05/2008	6,83
TOTAL				785,99

Depois da Carreira

Confira seus direitos

Ações por prejuízos na Carreira devem ser individuais

A nova Lei de Cargos e Salários do Ceeteps, publicada recentemente no Diário Oficial e já em vigor, trouxe algumas vantagens para a categoria. Os docentes, por exemplo, não precisarão mais ajuizar reclamações pleiteando o Descanso Semanal Remunerado (DSR), pois a fórmula apresentada na nova lei está de acordo com a legislação federal.

Por outro lado, a lei trouxe algumas desvantagens financeiras para alguns grupos de funcionários e docentes. Existem situações vantajosas na nova lei, que não podem ser ocultadas, mas, da mesma forma, existem situações pouco favoráveis.

Como solucionar isso? Em reunião do Departamento Jurídico do Sinteps, abandonou-se a idéia inicial de ajuizamento de uma ação coletiva contra a lei, pois, caso isso ocorresse, poderíamos provocar a suspensão de sua aplicação para todos, inclusive para aqueles que estão atualmente em vantagem.

Para que não houvesse qualquer prejuízo e para respeitar a vontade de todos, resolvemos alterar a maneira de reivindicar os direitos. A solução encontrada foi a propositura de ações individuais,

* Por *Jamil Hassan*

ais, ao invés de coletiva, como anteriormente havia sido estabelecido. Ou seja, cada filiado deverá propor sua ação individual. Assim, não será impugnada toda a lei.

Cada filiado que se sentir lesado deverá procurar o Departamento Jurídico do Sinteps e ajuizar a sua ação para corrigir defeitos pontuais.

Os filiados que se sentirem prejudicados com a nova lei deverão relatar o ocorrido por escrito, minuciosamente, para que sejam adotadas as medidas judiciais em seu benefício.

Aconselhamos todos os que se sentirem lesados a procurarem o Departamento Jurídico do Sinteps, pois este se encontra à disposição dos que quiserem ajuizar ação para pleitear seus direitos e para prestar todos os esclarecimentos necessários.

E, nunca se esqueçam: unam-se ao Sinteps para que ele continue forte na defesa de seus interesses.

* *Jamil Hassan é advogado do Sinteps*



DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS SINTEPS – EXERCÍCIO DE 2007

Origem	RECEITA	Valor (R\$)	Natureza
Mensalidades		278.656,48	C
Contribuição Sindical		281.145,44	C
Devolução da Contribuição Sindical		29.584,61	D
Receitas de Processos		18.943,78	C
Rendimento de Aplicações Financeiras		4.025,46	C
Rendas Eventuais		10.832,38	C
TOTAL DA RECEITA		564.018,93	C

Destino	Sub total
Diretorias Executiva, Regional e Conselho de Diretores de Base	138.044,03
Assessoria Jurídica e Custas Judiciais	84.329,43
Palestras, Seminários, Encontros e Congressos	34.686,35
Campanha salarial	8.040,75
Funcionárias - Salários e Encargos	65.307,55
Serviços de Pessoa Jurídica	44.640,53
Serviços de Pessoa Física e Assessoria Contábil	12.465,00
Contas Telefônicas	21.293,93
Correio	22.317,45
Publicidade e Propaganda	12.798,00
Boletins, Impressos e Jornais	10.552,08
Material de Escritório, Expediente Secretaria e Limpeza	13.087,87
Brindes aos filiados	15.177,00
Seguro dos Equipamentos na Sede	10.383,16
Confraternizações	3.882,39
Reforma	54.386,34
Mobiliário, Utensílios e Equipamentos	4.722,14
Manutenção e Reparos	5.135,45
Locação de Veículos e Equipamentos	750,00
Depreciações e Amortizações	6.375,89
SUB TOTAL DA DESPESA	568.375,34
Impostos e Taxas	3.515,66
Despesas Financeiras	42.680,12
SUB TOTAL TAXAS E IMPOSTOS	46.195,78
TOTAL DA DESPESAS	614.571,12

RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2007

TOTAL DE RECEITAS	R\$ 564.018,93
TOTAL DE DESPESAS	R\$ 614.571,12
PREJUÍZO	R\$ 65.410,03

Gastos com a verba da CONTRIBUIÇÃO SINDICAL Total Arrecadado R\$ 281.145,44

Devolução aos Filiados	R\$ 29.584,61	OBS
Reformas na Sede	R\$ 54.386,34	
Palestras, Seminários, Encontros e Congressos	R\$ 34.686,35	
Brindes aos Filiados	R\$ 15.177,00	
Publicidade e propaganda	R\$ 12.798,00	
Bens de Natureza Permanente	R\$ 43.226,80	(INCLUI OATIVO)
Subtotal de Gastos	R\$ 189.859,10	
Outros (manutenção, campanha salarial, correio)	R\$ 21.366,74	
Despesas Financeiras	R\$ 42.680,12	
Serviços de Pessoa Jurídica	R\$ 27.239,48	(PARTE)
Subtotal de Utilização da CS	R\$ 91.286,34	
TOTAL DE DESPESAS COM A CONTR. SINDICAL	R\$ 281.145,44	

Filiados recebem folder de benefícios e carteirinha

Junto com esta edição do **Sinteps Jornal**, os filiados estão recebendo um folder contendo a listagem completa dos benefícios oferecidos pela entidade. Trata-se de convênios com estabelecimentos comerciais, nas áreas de saúde, lazer e muitos outros. A diretoria do nosso Sindicato entende que pode, e deve, contribuir de todas as formas possíveis para melhorar as condições de vida de seus filiados, sem deixar de lado suas lutas centrais, por salários e em defesa do ensino público. Junto com o folder de benefícios, também estão sendo enviadas carteiras para os sindicalizados. Se você é filiado e não recebeu, entre em contato com o Sinteps.



A política tucana

Terceirização, uma ferida aberta no Centro

Atraso constante no pagamento leva à paralisação na FATEC Guará

Debate Cultural

Educação Patrimonial: Século XIX - Ensino profissionalizante e sindicalismo

*Por Clóvis Roberto dos Santos Filho



Província de SP, 2ª metade do séc. XIX: café, imigração européia, industrialização, ferrovia, abolicionismo e republicanismo. Após três séculos de bucolismo e marasmo, eis os episódios que deixaram marcas perenes e, como consequência, o gradual fim da antiga cultura paulista (caiçara, caipira e do planalto piratininguiano).

A educação (tradicionalmente delegada aos jesuítas) atravessa um longo período de caos após a dissolução da Companhia de Jesus, em 1759. A burguesia paulista (monarquistas e republicanos, alguns com ideais positivistas) cria em 1873 (numa São Paulo com 30.000 almas), o primeiro embrião (pós-jesuítico) de educação profissionalizante paulista para os novos tempos: Sociedade Propagadora da Instrução Popular, fornecendo educação básica gratuita para as classes trabalhadoras.

Em 1882, a Sociedade muda seu nome para Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo (ambas financiadas pela iniciativa pública e privada) e apresenta uma novidade em seu currículo: cursos profissionalizantes (similares às experiências européia e norte-americana). Com extensa carga horária (aula teórica noturna e prática profissional diurna em suas oficinas, com alunos remunerados de acordo com a legislação vigente para artesãos e operários), o Liceu tinha um acentuado viés humanista, cultivando o espírito de seus alunos.

Paralelamente, neste período de transição surgem as primeiras organizações de trabalhadores, sobretudo em terras paulistana (industrialização nascente) e santista (porto), criando novos meios de luta na defesa dos direitos trabalhistas. Estes atos operários (majoritariamente imigrantes), herdeiros dos movimentos de corporações dos trabalhadores da Europa medieval e mais modernamente do século XVIII (revolução industrial européia), causam perplexidade numa terra acostumada à política paternalista e ao trabalho escravo. Dentre as várias correntes ideológicas deste nascente sindicalismo, os (ativos e organizados) anarquistas tomaram a dianteira, despertando uma pesadíssima repressão policial.

Os embriões entrelaçados, da história sindical e da educação profissionalizante paulistas, possivelmente não previam séculos (XX e XXI) cheios de incertezas e perplexidades: o estudo deste passado poderá nos revelar novos caminhos, revendo erros e acertos. A Educação Patrimonial (estudo, recuperação e preservação do patrimônio cultural) poderá auxiliar neste resgate.

* Clóvis Roberto dos Santos Filho é arquiteto especialista em "Patrimônio Arquitetônico: Preservação e Restauro" e professor de ensino profissionalizante.

Embora há poucos meses trabalhando no Centro Paula Souza, os profissionais da limpeza da FATEC de Guaratinguetá já sabem muito bem o significado da palavra terceirização. Além de receberem vencimentos menores e não contarem com quase nenhuma garantia trabalhista, eles vêm convivendo todo mês com atrasos no pagamento dos salários, o que os levou a paralisar o trabalho no dia 18 de junho.

A situação destes trabalhadores é consequência de uma relação de trabalho perversa, que achata direitos, privilegia empresários nem sempre idôneos, favorece o desvio de recursos públicos etc etc.

A terceirização foi adotada pelo Ceeteps desde setembro do ano passado, em todas as unidades, nos serviços gerais e de vigilância. Para a realização destes serviços, até então desempenhados por servidores concursados, passaram a ser contratadas empresas terceirizadas.

A situação leva a problemas sérios. De um lado, fragmenta a categoria, criando trabalhadores com direitos e deveres diferenciados. De outro, cria uma "saia justa" para os profissionais de vigilância e de serviços gerais do Centro, todos concursados, que estão sendo pressionados, em várias unidades, a desempenhar outras atividades (desvio de função).

Moda no serviço público

Em 20 anos, o número de terceirizados aumentou sete vezes no estado de São Paulo, considerando a iniciativa privada e o serviço público. Estudo realizado pelo economista e professor da Unicamp Márcio Pochmann mostra que eles eram 60,4 mil em 1985 e passaram a 423,9 mil em 2005. Neste período, foram criados cerca de três milhões de empregos formais no estado, sendo 12,1% gerados em empreendimentos envolvidos com terceirização da mão-de-obra. O número de empresas de terceirização cresceu 25 vezes, saltando



de 257, em 1985, para 6.308, em 2005.

O estudo do docente da Unicamp constata que a forte expansão das empresas de terceirização ocorreu principalmente a partir da implantação do Plano Real, em 1994. A abertura da economia para os concorrentes estrangeiros levou à busca de alternativas e, como sempre, a solução encontrada foi apertar os cintos... dos trabalhadores. "A terceirização apresentou-se como uma iniciativa mais fácil e imediatamente adotada pelas empresas para diminuir os custos de contratação da mão-de-obra", destaca Pochmann (*Folha de S. Paulo*, 20/4/2007).

A partir desta década, no entanto, a terceirização sofre um declínio na iniciativa privada, ao passo que se fortalece no serviço público. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) feita pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) constata essa afirmação. Os dados levantados referem-se ao período de 1996 a 2005 e mostram uma "deterceirização" crescente na área privada.

"A terceirização foi um remédio para muitas empresas. Elas descobriram, porém, que se exagerarem na dose o remédio pode virar veneno", observa o economista Mário Rodarte, pesquisador da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), um dos responsáveis pelo estudo do Dieese (*O Estado de Minas*, 23/9/2007).





As empresas têm constatado que, além de não reduzir, necessariamente, os custos da contratação do empregado, a terceirização pode gerar passivos trabalhistas, perda de produtividade e insatisfação dos contratados. Multiplicam-se as ações na justiça, muitas bem sucedidas, pedindo a contratação dos terceirizados diretamente pelas empresas.

O que parece ser uma tendência no serviço privado, no entanto, não se verifica no público. Relatório do Tribunal de Contas (TCU), apresentado em agosto passado, mostra que o governo federal, por exemplo, gastou R\$ 7,6 bilhões em terceirização em 2006, o que equiva-

le a 1% mais que em 2005. Com base nestes números, o TCU estabeleceu um acordo de "deterceirização" com o Poder Executivo, determinando escala para substituição, até 2010, de 33 mil terceirizados por aprovados em concursos.

As conseqüências da terceirização, quase sempre acompanhada de alta rotatividade e ausência de treinamento, podem ser trágicas. Um exemplo é a Plataforma P-36 da Petrobrás, que afundou na Bacia de Campos, no Rio de Janeiro, em 2001: dois terços dos funcionários no dia do acidente eram contratados pelo regime de terceirização.

Estimativa do Tribunal Superior do Trabalho (TST) aponta a existência de cerca de cinco mil processos contra a União, movidos pelos trabalhadores terceirizados (*Agência Brasil*, 20/4/2008). Em 2000, o TST alterou a Súmula 331 e entendeu que a responsabilidade pelo pessoal terceirizado é de quem toma os serviços. Com a decisão, os órgãos públicos passaram a assumir as dívidas das empresas com previdência e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando vão à falência ou, simplesmente, somem do mapa.



Curso sobre "Concepção e prática sindical" acontece nos dias 14 e 15 de agosto

Nos dias 14 e 15 de agosto, o Sinteps vai promover o curso "Concepção e prática sindical", que será ministrado por instrutores da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Serão discutidos aspectos da história do sindicalismo e sua estrutura atual.

Este primeiro curso tem como público preferencial os Diretores de Base, Diretores Regionais e Diretores Executivos. Do total de 30 vagas oferecidas, restam em aberto cerca de 10. Os filiados interessados poderão se inscrever através do site do Sinteps (www.sinteps.org.br), em *link* específico, até o dia 15 de julho. Na seqüência, a entidade se comunicará com os interessados para confirmar a participação.

A jornada do curso é de 16 horas, distribuídas nos dois dias da atividade, das 9h às 17h. Todos os participantes receberão certificação.



Atenção

Prazo para pedido de reembolso do Imposto Sindical termina em 25/7

Sindicalizados devem enviar holerites ao Sinteps

Nos holerites de abril, referentes ao pagamento de março, os trabalhadores do Centro Paula Souza puderam constatar o desconto correspondente a um dia de trabalho. Trata-se do Imposto Sindical (IS). Assim como nos anos anteriores, o Sinteps promoverá a devolução de 60% do valor retido para os sindicalizados. Para isso, é preciso enviar cópia do holerite, que comprove o efetivo desconto. O pagamento está sendo feito em depósito na conta corrente. Se você ainda não fez a solicitação, o prazo é 25 de julho.

O Imposto Sindical vem sendo cobrado dos trabalhadores do Centro desde 2003. Até 2002, a cobrança só era feita junto aos trabalhadores da iniciativa privada, sendo proibida nas categorias de servidores públicos. A partir de 2003, a lei mudou e passou a permitir o desconto também dos servidores públicos.

Considerando o IS resquício de uma legislação retrógrada e paternalista, criada para favorecer sindicatos "fantasmas", o Sinteps nunca tomou a iniciativa de pleiteá-lo. Em 2003, no entanto, a Federa-

ção dos Sindicatos dos Servidores Públicos no Estado de São Paulo, que não tem qualquer relação com os trabalhadores do Ceeteps, entrou na justiça solicitando que o Centro fizesse o desconto. A justiça deu-lhe parecer favorável, que foi prontamente acatado pelo Ceeteps.

A partir desse fato, o Sinteps ingressou na justiça e exigiu que o recolhimento fosse feito em favor da entidade, que é a legítima representante da categoria. O juiz deu ganho de causa ao Sindicato e, mesmo contrariado, o Ceeteps está sendo obrigado a recolher o dinheiro conforme manda a legislação, ou seja, através de guia de recolhimento na Caixa Econômica Federal em favor do Sinteps (60%), 15% para a Federação indicada pelo Sindicato, 5% para a Confederação e 20% para o Ministério do Trabalho (MTE). Como o Sinteps não indicou a Federação e nem a Confederação, o montante de 40% vem sendo repassado integralmente ao MTE.

A devolução aos filiados é uma deliberação do Conselho de Diretores de Base (CDB) da entidade e, também, opção de sua Diretoria Executiva do Sinteps. O valor devolvido corresponde aos 60% que cabem ao Sinteps.

Os valores que permanecem de posse do Sindicato são utilizados em atividades de organização de base e de campanha salarial, ou seja, em benefício das lutas e dos interesses dos trabalhadores. Quando terminar o processo de devolução, a direção do Sinteps fará a prestação de contas à categoria.



Conjuntura

Um MONSTRO chamado inflação

Se depender dos patrões e do governo, a alta de preços tende a ser descarregada no bolso dos trabalhadores



Mesmo quem não costuma ir ao supermercado já sabe. Os preços estão na estratosfera. O popular arroz com feijão, prato típico da mesa brasileira, está mais salgado do que nunca. O pãozinho francês, o leite, a carne... tudo vem subindo rapidamente. Segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), os alimentos subiram 0,89% em março, 1,29% em abril e 1,81% em maio. Nos últimos 12 meses, a cesta básica sofreu um aumento aproximado de 20%. Mas não foram só os alimentos que desandaram. Os pedágios, por exemplo, acabam de receber uma injeção extra de 11,52% de correção.

O nome do trem que carrega estes aumentos em ritmo acelerado é bem conhecido dos trabalhadores: é a inflação. Nos cinco primeiros meses deste ano, segundo o Índice de Preços ao Consumidor Ampla (IPCA), usado pelo governo, a inflação acumulada chegou a 2,88%.

Mas, por que a inflação está de volta depois de vários anos de relativa estabilidade da economia brasileira? A resposta, como veremos a seguir, foge às fronteiras nacionais.

A atual onda inflacionária não é privilégio apenas do nosso país e já vem gerando ondas de protesto em várias nações. Ela surge em meio à alta do barril de petróleo, que já está na casa dos 130 dólares e, segundo analistas, pode bater nos 200 dólares. O pano de fundo da crise reside na

escassez das reservas de petróleo que ameaça a maior economia do planeta, os Estados Unidos. A invasão do Iraque, ao contrário das fajutas explicações dadas por Bush & Cia., foi uma tentativa de controlar um dos maiores países produtores do mundo e, com isso, garantir as reservas futuras para a economia norte-americana. No entanto, cinco anos após a invasão, a ofensiva militar dos EUA revela-se um completo fracasso,

a cada dia mais evidente com as revoltas populares iraquianas.

As incertezas e desconfianças geradas pelo tropeço norte-americano no Iraque e, por tabela, em todo o convulsionado Oriente Médio, impulsionaram ao redor do mundo a política de estímulo à pesquisa e à produção dos chamados biocombustíveis, principalmente derivados da cana-de-açúcar, do milho, da soja, da mamona e

outros. O estímulo se traduz, obviamente, em incentivos fiscais e empréstimos estatais aos grandes latifundiários. O resultado – como já se vê no Brasil, com a cana e a soja, e nos Estados Unidos, com o milho – é a substituição em grande escala da plantação de alimentos pela produção de matérias-primas para os biocombustíveis. Essa situação leva à escassez de alimentos que, por sua vez, faz os preços dispararem. Segundo o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), que integra o Banco Mundial, os biocom-

bustíveis fizeram com que os preços dos alimentos subissem 75% no mundo todo, entre 2000 e fevereiro de 2008. Os números foram divulgados pelo jornal inglês *The Guardian*, em 4 de julho de 2008.

E, assim, o aumento do preço do petróleo e a escassez de alimentos, que estão intimamente ligados, são os elementos que alavancam a volta da inflação, um dos mais cruéis mecanismos de achatamento das condições de vida da população trabalhadora. Os grandes grupos econômicos dela se protegem através do aumento dos preços. Já os trabalhadores, amarrados em políticas salariais frágeis, vêem seu poder de compra despencar rapidamente.

As saídas vislumbradas pelo governo Lula apontam para uma penalização ainda maior da população: crescimento dos juros, para conter o consumo, e aumento do superávit primário, ou seja, mais

cortes em saúde e educação para pagar a dívida pública e dar garantias

aos bancos diante da crise.

Do ponto de vista dos trabalhadores, as saídas para este imbróglio passam pela luta. A única maneira de impedir que os patrões e o governo descarreguem o ônus da crise sobre a população é exigir garantias, como a reposição mensal das perdas ou, ainda, um “gatilho” salarial, ou seja, a correção automática dos salários sempre que a inflação atinja determi-

nado patamar. As greves que começam a pipocar em todo o país, embora ainda isoladas, refletem o potencial de reação. No segundo semestre, entram em data-base categorias importantes, como petroleiros, metalúrgicos e bancários.

No Centro Paula Souza, a mal resolvida campanha salarial 2008 coloca para servidores e docentes a necessidade de prosseguir na luta. Além do reajuste de 65% para repor as perdas, coloca-se a necessidade de uma política salarial que dê conta da retomada da inflação.

No Ceeteps, além do reajuste de 65% para repor as perdas, coloca-se a necessidade de uma política salarial que dê conta da retomada da inflação.

2,88%
É a inflação acumulada de janeiro a maio de 2008.

20%
É o aumento sofrido pela cesta básica nos últimos 12 meses

11,52%
É o reajuste concedido pelo governo Serra aos pedágios em todo o estado, válido a partir de 1º/7/2008.

você está no **orkut?** O Sinteps também!

Participe da comunidade do seu Sindicato:
www.orkut.com/Community.aspx?cmm=39562258 (ou busque a palavra Sinteps).

Mais uma via de comunicação entre a categoria e a sua entidade.